

O abolicionista Joaquim Nabuco entre a melancolia e a ação

André R. C. Fontes¹

¹Professor na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Uni-Rio).

Resumo: O artigo é uma reflexão sobre a trajetória de Joaquim Nabuco e da sua luta pela abolição da escravatura negra.

Palavras-chave: escravidão - império – biografia.

Abstract: This article reflects on the Joaquim Nabuco's life and his fight for the abolition of the Black Slavery.

Keywords: Black Slavery - Empire - biography.

Épocas pretéritas nem sempre encontraram o desenvolvimento que hoje se implementa e se consagra, especialmente por dados incompletos e fragmentados, de tal modo que a escassez não nos permite uma ideia muito clara sobre os elementos que proporcionaram os acontecimentos hoje estudados.

Os historiadores tentam resolver as lacunas fora de uma generalização, e tomam nexos entre um ou outro fato, mas nem sempre envolvidos em uma espécie de lei interna que define a necessidade de dar uma descrição panorâmica da realidade envolvida pelo personagem de estudo. De sorte que se indaga sobre os diversos aspectos da vida social mesmo antes de se pesquisar as questões gerais da personalidade histórica, que constitui o alvo de alguma investigação.

Por mais que se queira alcançar o conhecimento sobre a vida do homem que foi Joaquim Nabuco, especialmente sobre o abolicionismo, será sempre relativa e parcial a pesquisa se desprovida da sua infância e do seu confronto direto com a escravidão negra, especialmente por conta das relações diretas que travava com o povo cativo da fazenda onde foi criado e passou parte da sua juventude.

É pela forma determinada de conhecimento do abolicionismo em Joaquim Nabuco que se alcança a compreensão desse período majestoso, que contribuiu decisivamente para a sua história pessoal e mesmo a de todo o Brasil. Há exemplos insignes desse período difusamente apresentado em toda sua obra escrita, em discursos e em ações políticas e jurídicas na figura pública e na atuação jurídica fundada na palavra.

Porquanto seja a trajetória de um menino no confronto com a escravidão, mereceu de Joaquim Nabuco não somente o registro da sua infância, mas, também, a marca indelével de uma verdadeira ideologia que o acompanhará por toda a vida. O conhecimento de Joaquim Nabuco deve, então, se iniciar pela sua infância, e a partir daí, concluir os momentos posteriores.

Um processo evolutivo da vida de um homem pode até carecer de finalidade e realizar-se sob pressão de fatores puramente causais, na forma de choques e conflitos. Em rigor da expressão, o mundo pode até carecer de sentido e finalidade de evoluir às cegas, de acordo com suas leis eternas e incalculáveis, mas na vida de Joaquim Nabuco a parte evoluída morre porque é velha, mas não faz surgir o novo nas suas aspirações. Parece que o mundo foi concebido de um modo uniforme, sem grandes transformações. A multidão de fatos parece interligada entre si, em direção a um sentido único, em um princípio essencialmente homogêneo, destinado ao uso de forma clássica da palavra. E a

totalidade das leis do universo determinará de modo absoluto o devir universal da liberdade.

Nascido no Recife, em um velho sobrado da Rua do Aterro da Boa Vista, hoje Rua da Imperatriz Tereza Cristina, em 19 de agosto de 1849, era filho de José Tomás Nabuco de Araújo e de Dona Ana Benigna de Sá Barreto, Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, logo foi deixado sob os cuidados de sua madrinha Ana Rosa Falcão de Carvalho e de seu padrinho Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho, de quem recebeu seu prenome como uma homenagem. Seus pais viajaram para a Corte do Rio de Janeiro, pois seu genitor assumiria o Senado do Império. É digno de nota que sua mãe era de uma das famílias mais tradicionais do Nordeste, quiçá, de todo o Brasil: a família Paes Barreto.

Seus padrinhos e educadores da infância eram proprietários da Fazenda Massangana, para onde Joaquim Nabuco foi encaminhado não muito tempo após o batismo no Cabo de Santo Agostinho. E é nessa fazenda (e engenho) que Joaquim Nabuco passará sua infância, onde, de maneira concreta, receberá os influxos do nobre sentimento abolicionista, especialmente por causa dos confrontos dos horrores da escravidão, daqueles com quem convivia na fazenda, especialmente as crianças escravizadas.

Vender ou comprar um ser humano, e tratá-lo ao alvedrio do Senhor (proprietário), foi algo traumatizante demais para uma criança especial na sua sensibilidade e de espírito nobre. O fato é que da realidade para o pensamento abstrato, pode-se dizer que o produto encontrado é a repugnância absoluta ao sistema escravocrata, que Joaquim Nabuco jamais deixará de manifestar.

O jovem Joaquim Nabuco foi para o colégio desprovido certamente das disciplinas que formarão sua capacidade intelectual, mas ainda marcado pelo sentimento único antiescravagista. E é nesse período que seu pai migra dos Conservadores (ou Partido Conservador) para os Liberais (Partido Liberal) do Império. Nabuco reconhece que não entende bem essas diferenças, ainda um mistério que consiste em uma etapa ainda não alcançada, um verdadeiro mistério do *actus purus* (ou seja, sem nenhuma condição) de ser liberal, que passa por um momento de expressa doutrinação por seu pai.

Sua passagem pelo Rio de Janeiro, antes de iniciar a Academia (ou Faculdade de Direito) proporciona contato com Tavares Bastos, Teófilo Otoni, Quintino Bocaiúva, Montezuma, dentre outros, além de uma intensa leitura de importantes textos que pululavam naqueles tempos. Seguiu para São Paulo, para a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco que então compartilhava com a Faculdade de Direito do Recife o curso

inteiro de Direito, de modo que, se começou em São Paulo, terminará no Recife – caminho semelhante ao do Barão do Rio Branco e inverso ao de Rui Barbosa. Nesse novo período acadêmico, conhece obras de Lamennais, Lamantine, Esquiros, Quinet, Victor Hugo, Heinrich Heine, Donoso Cortés, Joseph de Maistre, e se aprofunda nos estudos da Revolução Francesa. Merece destaque, entretanto, pela ênfase que Nabuco dá em sua obra *Minha Formação*, o livro *A Constituição Inglesa*, de Bagehot. Esse livro é declaradamente a obra na qual Nabuco extrai “a ferramenta toda com que trabalhei em política”, ressaltando, entretanto, que a abolição vinha de outra fonte literária.

Quem percebeu bem os méritos extraordinários da palavra e, ao mesmo tempo o seu ponto fraco, não pode negar que a confiança de Joaquim Nabuco nas soluções argumentadas e discutidas racionalmente seria a melhor forma de resolver as questões em geral. Está demonstrado isso em sua obra *Minha Formação*, especialmente em sua reação negativa aos acontecimentos de Paris após a Guerra Franco-Prussiana. Mas percebe-se muito bem que o feito de Joaquim Nabuco é condizente com a sua formação acadêmica e a de seus pares e interlocutores. É por meio deles que leis são elaboradas, de modo a pôr fim à escravidão no Brasil, sem a solução sanguinolenta dos Estados Unidos da América, com sua avassaladora Guerra Civil.

Vemos hoje a intensidade da reação abolicionista. E algumas eram verdadeiramente desafiadoras. É exemplo o fim da escravidão na então província do Amazonas, por ação do Presidente, o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pedreira. Merece lembrança que, por esse ato, foi destituído do cargo pelo Imperador.

Joaquim Nabuco deve ao seu pai o impulso abolicionista, não obstante suas próprias razões e motivações. Mas deve ser lembrado que a doutrinação paterna foi a certeza de que era uma luta justa e necessária. O Conselheiro Nabuco de Araújo era um homem de uma envergadura moral reconhecida e indiscutível, que foi determinante na formação e na convicção de Joaquim Nabuco em sua trajetória política.

A maioria dos que abraçaram os cursos jurídicos davam aos seus estudos uma formação comum, baseados nas reflexões mais recorrentes. A base era Pimenta Bueno e outros escritos nacionais, além das leis mais conhecidas, tais como as Ordenações Filipinas, o Código Criminal e o Regulamento 737. Mas, Joaquim Nabuco parece ter tido uma formação diversa. Ele assume um caráter duplamente jurídico e político, especialmente a partir das obras dos constitucionalistas britânicos. Durante seus estudos

chegou às mãos de Nabuco a obra que traçará as linhas mestras da sua convicção jurídica e política: o livro de Walter Bagehot, sobre a Constituição inglesa.

Oriunda do pensamento monárquico mais altivo, com uma elegância única na argumentação, e com fundamentação jurídica para temas políticos e vice-versa, essa obra de Bagehot é a que mereceu maior destaque nas descrições e elogios de Nabuco sobre o progresso das bases dos seus pensamentos. A aquisição se deu no Brasil, mas a obra parece não ter mais se separado de Nabuco. O texto ainda hoje reforça os estudos de quem se aprofunda na temática constitucional e é de tanta importância que vem sendo periodicamente reeditado na Grã-Bretanha, pela célebre e prestigiosa Universidade de Oxford, e também nos Estados Unidos da América, pela igualmente prestigiosa Universidade de Yale. Apesar de o texto original ser em inglês, a versão que mais circulou foi a francesa, difundida nos círculos literários brasileiros. Joaquim Nabuco, entretanto, usou o texto original na língua inglesa.

É bem possível que o esforço de dar importância aos textos constitucionais estrangeiros tenha dado variados e inúmeros resultados. Também é possível que Rui Barbosa tenha trazido de muitos outros autores a inteligência e a experiência dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha, mas Joaquim Nabuco extraiu de Bagehot não somente a inteligência jurídica e política, mas os argumentos poderosos da sua devoção à Coroa. Bagehot estudou Direito por três anos, era jornalista e economista; entretanto, foi um intérprete magnífico do constitucionalismo britânico.

O que tocou Joaquim Nabuco não foi somente o argumento monarquista usado, mas o poder que o sistema britânico gerava, dando ao governo inglês uma capacidade que ele reconhecia que nem mesmo os Estados Unidos da América teriam. O livro é baseado nessa diferença entre os sistemas britânico e dos Estados Unidos da América. Também é digno de nota que comoveu Nabuco a sensação ou percepção de certa semelhança entre a grandiosidade dos políticos britânicos (mesmo da Câmara dos Comuns, que ele indiscutivelmente ressaltava), com os políticos do Império do Brasil, que tinham inegavelmente uma formação apurada.

Não se pode falar de Joaquim Nabuco sem falar de seu pai, mas também não se pode falar na administração do governo britânico sem considerar essa possível comparação que ele fazia entre a elite política do Império do Brasil e do então Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda. Ainda hoje a velha composição política do Império é

reconhecida e estudada, especialmente pela sua alta qualificação teórica e capacidade de trabalho. E de certa forma, essa convicção se espelha no livro Bagehot.

A obra de Bagehot é a mais ressaltada no livro de Joaquim Nabuco sobre sua própria formação. Esse destaque de um só livro não é tão evidente na obra de Rui Barbosa. Joaquim Nabuco era, tal como um Rui Barbosa, um sabedor de três dimensões – a jurídica, a política e das letras -, mas a convicção monarquista é um traço evidente em Joaquim Nabuco e que o diferenciava de Rui, ao menos até a sua (dele Nabuco) adesão final à República.

Conhecemos a formação de Joaquim Nabuco porque ele próprio a descreveu de forma pormenorizada. Não é muito diferente de muitos daqueles homens de qualificação exemplar e de boas rendas do segundo reinado. Joaquim Nabuco teve, entretanto, uma percepção diferenciada do conhecimento adquirido e isso o elevou a uma verdadeira perfeição, singular na formação e na formulação de ideias sobre o destino da sua pátria. A sensibilidade para a arte, para as letras e para a estética em geral fazia parte da sua personalidade, que bem soube aproveitar o que foi oferecido ao longo das instruções formais que recebeu. Basta pensar nos diálogos, nos argumentos e nos textos que elaborou e que ainda hoje são lidos e interpretados com o mesmo vigor da época de sua publicação.

Temos, assim, um homem realmente formado no reinado de um imperador culto que marcou época. Um monarca que se enquadrava naquele grupo dos reis-cultos ou reis-filósofos, algo que inegavelmente acompanha Dom Pedro II quase como um epíteto. Essa característica do reinado de Dom Pedro II parece ser a referência ou o paradigma que acompanhou Joaquim Nabuco por toda a vida, e não somente na sua convicção monárquica. Separava e desdobrava o mundo em monarquia e república, certamente pela grandeza da imagem que tinha ou em sua visão do reinado de Dom Pedro II.

O que aconteceria, entretanto, se a formação não fosse de um monarca-filósofo, mas de um monarca da ação (e não da reflexão)? Será que, se fosse o monarca da sua formação um “rei-soldado” como o imperador Dom Pedro I, haveria também as mesmas impressões, convicções e fé na monarquia?

A altura do pensamento de Joaquim Nabuco é de um racionalista, que acreditava na forma dos argumentos, adepto da filosofia de São Tomás de Aquino, que comparava a Platão ou Aristóteles. Então, uma figura completamente diversa na Chefia do Estado Brasileiro Imperial, ou seja, sem a personalidade culta e proeminente de Dom Pedro II, deixaria Joaquim Nabuco com as mesmas impressões?

Dom Pedro I foi um monarca de ação. Sentia-se capacitado para entrar em um campo de batalha e sentir a ação da guerra, no próprio teatro de operações, o poder e também o limite da sua capacidade. E seus revezes eram derrotas duras, mas extraídas das últimas forças e do sangue exaurido da luta. A perda da Cisplatina parece ter sido sentida por Dom Pedro I como uma derrota decorrente de forças extenuadas, e não por uma inação ou ausência física de movimentos. Dom Pedro I é uma figura completamente diversa no temperamento e nas reações; ao receber as consequências de uma luta árdua e sanguinária por terras conquistadas por seu pai (a Província Cisplatina), tomou nas forças esmorecidas a demonstração do que foi possível fazer e do que ele próprio era capaz.

A Campanha da Cisplatina pode mesmo ter tirado as forças do onnipotente Dom Pedro I, mas é de boa lembrança que ele não lutou somente com os trinta e três heróis uruguaios da história mais evocada, e sim contra o poderio militar da Província de Buenos Aires e arredores, com as piores práticas marítimas de corso (Buenos Aires expediu carta de corso contra o Brasil) e mais ainda, contra o poder da Grã-Bretanha de pôs fim a uma luta que prejudicava o comércio na Região do Prata. Dom Pedro I lutou como soldado em um exército de comandantes dignos, mas a guerra da Cisplatina era muito maior do que uma luta de forças militares. Foi uma luta diplomática e de definição política para a formação dos Estados nacionais na Região do Prata e do crescente movimento econômico na América do Sul.

É possível que Dom Pedro II não tenha cometido erros dessa natureza, ou seja, de reduzir o conflito a uma ação militar. O conflito com o Paraguai, que marcou o Segundo Reinado, não foi administrado pelo Rio de Janeiro somente como um mero confronto de forças armadas. A inteligência do governo de Dom Pedro II tratou a guerra como uma pluralidade de ações estratégicas, mesmo antes do conflito com o governo de Solano López. Desde compras oportunas de cavalos, tratados entre países vizinhos, alta tecnologia militar usada pelo Império (dentre as quais mencionamos aquela criada pelo engenheiro André Rebouças – os famosos torpedos – e, ainda, o uso de balões de vigilância, e a proa de navios armada com cravos de cobre para romper as correntes nos rios), a Guerra do Paraguai foi o conjunto de estratégias que tinham à frente militares brilhantes para sua época. O Duque de Caxias era um estrategista militar incomparável, cujas decisões de comando que tiveram pleno êxito, e tinha no General Osório um dos mais brilhantes militares de sua época. A estratégia usada por Osório na Batalha de Tuiuti – uma das mais impressionantes da Guerra da Tríplice Aliança – constituiu no chamado

movimento de pinças, que sabidamente Gêngis Cã e Anibal imprimiram em batalhas de muitos séculos antes. E justamente o erro do ditador militar Solano López, tal como de Dom Pedro I, foi o de conduzir, pessoalmente, uma luta sangrenta confiando exclusivamente em convicções militares.

O sistema em que acreditava Joaquim Nabuco era o vitorioso de Dom Pedro II na Guerra do Paraguai: inteligente, pensado, refletido e inabalável. Foi a inteligência na Guerra com o Paraguai que precisa ser lembrada para marcar as consequências na personalidade de Joaquim Nabuco. A visão conjugada de uma Marinha de guerra com o Almirante Tamandaré – formado na Escola Naval e com aprendizado direto com o Almirante Cochrane, e com o vigor hercúleo ou sobre-humano do intrépido Almirante Barroso – que atuou diretamente nas batalhas, nos quais se destaca a do Riachuelo, tornou o papel do Império realmente inexpugnável. A condução da defesa do Brasil na Guerra contra o Paraguai sempre merecerá estudos e aprofundamentos.

A Marinha do Brasil e o Exército Brasileiro estavam submetidos a um comando único e altamente qualificado, com múltiplas dimensões de ação. A tentativa de usar uma força militar, mesmo mais poderosa que a brasileira, como era a paraguaia, foi infrutífera em razão da maneira como foi administrada a guerra pelos brasileiros, e dificilmente o Paraguai venceria a competência técnica empregada pelo Brasil. Deve ser lembrado que Dom Pedro I, ao contrário, na guerra que marcou o seu reinado, a Guerra da Cisplatina, a despeito de dar autonomia aos generais brasileiros – menção necessária a Lecor, pela experiência na Guerra contra Napoleão na Europa -, nem por isso foi capaz de ter mais sucesso. Assim como os paraguaios tinham como enfrentar uma inteligência militar genuína como Caxias, o comando paraguaio, por sua vez, era centralizado politicamente por um militar sem formação e experiência adequadas: Solano López. Não custa lembrar que Solano López cursou a Escola Naval Brasileira e conhecia a estrutura das Forças Armadas do Brasil. E como disse na França o Presidente Georges Clemenceau, “a guerra é uma coisa demasiadamente grave para ser confiada aos militares”.

O ideal de perfeição que o Segundo Reinado evocava deve ter atingido a alma romântica e apaixonada de Joaquim Nabuco. Nele, a razão era obreira e se manifestava pelo pensamento e reflexão. E esse parece ser o último pensamento de Joaquim Nabuco ao estabelecer como profissão de fé a luta contra a escravidão negra. Ao que parece, na obra de Joaquim Nabuco, a escravidão era o risco que desnaturava o cristal monárquico,

não obstante sua convicção fosse mesma baseada na indignidade que o cativo gerava, ela empalava mortalmente a grandeza do Império do Brasil.

O traço característico da ação frustrada de um intelectual é a melancolia, não como sentimento individual de desalento, mas como tensão estrutural entre razão e realidade histórica. Não alcançar ou obter algo grandioso, que é justo e necessário, é a causa da melancolia de Nabuco. Temos no fim da escravidão a verdadeira missão de Joaquim Nabuco. E para ele não era apenas lutar contra o flagelo escravocrata, mas também por outra dignidade: da monarquia imperial brasileira.

Ser um homem de ação como Dom Pedro I traz o sentimento de derrota em marcas no corpo e nas perdas das almas e coisas, em um intelectual o efeito será outro: o de não alcançar pela razão ou argumentação o seu propósito antiescravagista. Mas o que é transformador no mundo dos fatos a evidenciar tantas frustrações e chegar-se à beira da impotência absoluta é a melancolia. E a melancolia, como o sentimento de perda de algo que nunca se teve, advém da não libertação dos escravos.

Não se alinha às virtudes da História da nossa Civilização, o esforço do reverendo Martin Luther King Junior, que usou a palavra para transformar o mundo em ações. É que somente após sua morte foi alcançado, de certa maneira, o objetivo antidiscriminatório. Algo que o confronto direto de Malcom X, de fato, não alcançou, ao menos se comparado com King Jr. Uma interpretação análoga ainda pode ser emprestada pela ação de poetas que fizeram revolução e usaram a ação para transformar o mundo. Agostinho Neto (em Angola) e Amílcar Cabral (na Guiné-Bissau e Cabo Verde) foram poetas que agiram e alteraram a realidade. Outros, como Vaclav Havel e a revolução de Veludo e algumas transformações políticas não violentas, como na Armênia em 2018 ou mesmo a queda do Muro de Berlim por conta de protestos, desobediência civil e greves, dentre outras iniciativas populares parecem atender ao espírito de Nabuco; mas no continente americano, a razão nem sempre foi capaz de resolver as grandes questões com meras palavras.

É de boa lembrança que Joaquim Nabuco também teve outra frustração, ao perder o Brasil a arbitragem naquilo que ficou conhecido como Questão do Pirara. Novamente a melancolia o toma de assalto, e dessa vez com palavras claras e diretas. Joaquim Nabuco acreditou que um monarca, um rei italiano seria a dignidade que ele próprio cultuava. O Rei Vitória Emanuel III da Itália não era, entretanto, portador dessa dignidade. O México sofreu igualmente um revés semelhante ao do Brasil em outra arbitragem, corrompida

pela falta de dignidade, altivez e sentimento de justiça desse monarca, igualmente no confronto com outra potência europeia: a França. Os problemas de caráter do Rei Vitório Emanuel III não foram ignorados nem pelo seu próprio povo, o italiano, que o proibiu de pisar em solo peninsular após a Segunda Grande Guerra e o plebiscito que pôs fim à monarquia naquele país. Sua morte em um quarto de hotel simples em Alexandria, no Egito, mostra bem o grau de desprezo que mereceu de seu próprio povo, não somente por um laudo corrompido, mas pelos comentários jocosos que fazia após a divulgação de suas opiniões e manifestações, dentre as quais a da maneira como ele viu a defesa do Brasil na malsinada arbitragem com a sua injusta decisão.

A melancolia de cariz institucional de Joaquim Nabuco se manifestou também ao saber dos resultados de suas iniciativas como parlamentar, dentre as quais se destacava um imposto cuja receita se destinaria a “comprar” escravizados. Algo que parece muito mais um incentivo do que propriamente uma solução para o fim da escravidão no Brasil. Joaquim Nabuco era um espírito superior e com uma fé inabalável no caráter do ser humano. Limitamo-nos, em alguns exemplos, a ressaltar que sua melancolia resultava das consequências de soluções frustradas de sua iniciativa. Parte efetivamente de Joaquim Nabuco acreditava que a razão, a argumentação e a dignidade fossem capazes de vencer, sem a guerra que tanto o horrorizava. Os incidentes da Comuna de Paris são mencionados discretamente como manifestação de horror pela solução armada, em oposição àquela outra, a negociada. Esse era Joaquim Nabuco, a excelência de uma mente excepcional que não encontrou eco em seu próprio tempo. E ainda hoje, entre alguns grupos, o esforço abolicionista de Joaquim Nabuco é simplesmente ignorado. Mas não é o único. José do Patrocínio e Andre Rebouças, mesmo integrantes da negritude brasileira, também não são lembrados pela sua árdua luta abolicionista. Uma atividade intelectual muito viva, um verdadeiro poema de vida, algo que foi alcançado pelos horrores da guerra, que também era indesejada por Joaquim Nabuco reduziu uma das personalidades mais importantes da História do Brasil, ansioso por ação, ação reformadora, mas que ficou marcado realmente pela melancolia.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela; JACKSON, Kenneth David. *Joaquim Nabuco na República*. São Paulo: Hucitec, 2012.
- AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando. *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofício Editora, 2004.
- BAGEHOT, Walter. *The English Constitution*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- BETTHELL, Leslie. *Joaquim Nabuco no mundo*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2016.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Perfis parlamentares Joaquim Nabuco*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.
- MARTINS, Andrei Venturini. *Joaquim Nabuco Um abolicionista liberal do Brasil*. São Paulo: É Realizações, 2021.
- MORAES, Fabiana. *Nabuco em pretos e brancos*. Recife: Massangana, 2012.
- NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista no Recife*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.
- NABUCO, Joaquim. *A desejada fé Mysterium Fidei*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.
- VIANNA, Helio. *História do Brasil*. V. II. 6ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.